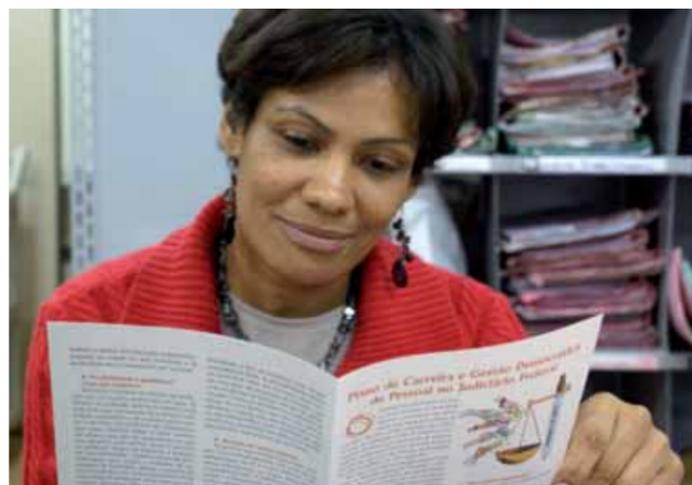


## Em 51 dias, Sisejufe promove sete Encontros Regionais sobre Plano de Carreira



1ª VT de São João de Meriti: muito trabalho para pouco pessoal

De 8 de abril a 28 de maio, o Sisejufe promoveu sete Encontros Regionais sobre o Plano de Carreira, reunindo servidores de nove diferentes municípios fluminenses. Antes de cada encontro, um diretor sindical percorreu todas as varas, cartórios e juizados federais ouvindo os servidores e coletando reivindicações. Nestas visitas, o Sisejufe pôde esclarecer sobre as dúvidas da categoria em relação à organização sindical e, mais uma vez, constatar os problemas de falta de



Rita de Cássia Cidreira, analista judiciária, lê proposta do Sisejufe

pessoal e a precariedade das instalações de muitos órgãos. Conheça, nesta edição, a opinião de alguns servidores do interior so-

bre suas condições de trabalho e de qualificação e as expectativas para o Plano de Carreira.

páginas 4, 5 e 6

### Justiça Eleitoral

#### Sisejufe ajuiza ação para indenização pela falta de isonomia entre os chefes de cartório

O sindicato ajuizou na segunda-feira, 26 de maio de 2008, ação em defesa dos sindicalizados tratando da isonomia da FC entre chefes de cartório do interior ou o pagamento da indenização correspondente, bem como o pagamento dos valores atrasados. O Sisejufe invoca o princípio da moralidade, razoabilidade, juridicidade e interpretação extensiva da FC-4, bem como,

sucessivamente a responsabilidade civil do Estado e o direito à indenização pela diferença entre a FC-4 e a FC-1. Também abordamos a inaplicabilidade da Súmula 339 e pedimos tutela antecipada para que de imediato seja incluído o valor da FC-4 na folha de pagamento dos chefes de cartório da Justiça Eleitoral no interior do Estado do Rio de Janeiro, filiados ao Sisejufe.

#### Pagamento de horas extras

O Departamento Jurídico do Sisejufe entrou com requerimento administrativo junto ao TRE para que as horas trabalhadas extraordinariamente sejam pagas em dinheiro, nos termos da lei. É solicitado que o servidor possa reverter o trabalho extraordinário em banco de horas, se assim for sua opção expressa. O sindi-

cato também solicita, nesse requerimento, que o tribunal remunere as horas trabalhadas

extraordinariamente que foram removidas do banco de horas e não foram compensadas.

#### Nota da Redação

O Sisejufe recebeu documento sobre o que o TRE chama de "política de remanejamento de pessoal", política essa que motivou a matéria "Casos de assédio moral no TRE", publicada na edição passada do Contraponto. Em função do referi-

do documento do TRE exceder os caracteres da matéria de origem, e até a data do fechamento desta edição não ter sido editado, publicaremos no próximo Contraponto a versão editada pela administração do tribunal.

### Amilton Braz visita Sisejufe

No dia 16 de maio, o Sisejufe recebeu a visita do líder do Movimento Sindicato para os Vigilantes (MSV), Amilton Braz. O MSV está organizando uma chapa de renovação do Sindicato dos Vigilantes do Município do Rio de Janeiro, que há quase de 30 anos vem sendo dirigido pelo mesmo presidente. Três vigilantes que prestam serviços nos tribunais do Judiciário Federal no Rio de Janeiro integram a chapa do MSV. Na visita ao Sisejufe, Braz apresentou os planos do movimento para a reconstrução do Sindicato dos Vigilantes.



página 3

## Convocatória

### Assembléia Geral

11 de junho de 2008

1ª chamada às 19h

2ª chamada às 19h30min

Av. Presidente Vargas, 509 – 11º andar  
Auditório do Sisejufe

#### Pauta

- 1) Processo Eleitoral do Sisejufe em 2008
- 2) Eleição da Comissão Eleitoral

## Editorial

Se aproximam as eleições do Sisejufer. No próximo dia 11 de junho, quarta-feira, o sindicato conchama a categoria para Assembleia Geral, na sede do sindicato, para estabelecer o calendário eleitoral e as formas de votação. Por várias razões, estas serão as eleições mais democráticas da história do Sisejufer. Primeiro, pelo trabalho de interiorização que terá seu auge justamente no processo eleitoral já que, pela primeira vez, serão eleitos representantes sindicais de base. Segundo porque será disponibilizado um número recorde de urnas fixas, para garantir o quórum mais alto de toda a história das eleições do sindicato. Dessa forma, a próxima diretoria eleita será a expressão da vontade do conjunto da categoria. Em terceiro lugar, porque haverá um número maior de urnas itinerantes para atingir a quase totalidade das cidades fluminenses, onde haja ao menos um sindicalizado. E, por último, pelo próprio processo de sindicalização recorde dos últimos três anos, que dá ao Sisejufer uma maior representatividade na base.

Diante da intenção da atual diretoria de fazer eleições mais abrangentes, ficam dois apelos. Um para as futuras chapas: que a campanha seja alicerçada sobre idéias que visem à melhoria da vida dos servidores, como o Plano de Carreira e a Redução da Jornada para 6 horas (discussões e lutas já começadas por esta gestão) – e não feita com denúncias, como já ocorre no período pré-eleitoral de forma apócrifa. O outro apelo é para a categoria: que faça uma escolha consciente, com maturidade política. Na hora de votar não se deixe enganar por promessas irrealizáveis e denúncias sem comprovação. Analise com calma cada projeto, veja a viabilidade de cada proposta e pese efetivamente a capacidade dos portadores desses projetos em se comprometer com eles. Disto depende a manutenção de conquistas históricas, da luta pela redução da jornada e dos patamares dos nossos salários.



## Burocracia dificulta vacinação antigripal

**JF** Em 3 de junho acontece novo pregão eletrônico para compra da vacina

Max Leone\*

Os servidores da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) correm sério risco de ficarem sem a campanha anual de vacinação antigripal este ano. Realizada desde o ano 2000, a imunização pode deixar de ser feita porque as vacinas não foram compradas pela Justiça Federal no Rio.

A campanha estava marcada para acontecer entre abril e junho. Não há garantias de que ocorrerá a tempo para imunizar os servidores do Judiciário da Primeira Instância contra o vírus influenza, causador da gripe.

O motivo para a falta da vacina pode ter sido a demora na liberação dos recursos para a aquisição dos lotes. De acordo com a Subsecretaria de Recursos Humanos da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o pedido para a compra foi feito em janeiro deste ano.

À época, a solicitação para aquisição foi encaminhada aos setores administrativos responsáveis. No entanto, informa a Subsecretaria, "os valores relativos ao orçamento de 2008 só foram disponibilizados para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro em meados de abril". A Subsecretaria alega que o

pregão eletrônico para compra de vacinas, realizado em 13 de maio, fracassou. Ao fazer contato com os laboratórios, os responsáveis pelo setor no Rio foram informados de que os produtores (Sanofi Pasteur e Glaxosmithkline) teriam tido problemas técnicos na produção da cepa da vacina.

Em nota, a Subsecretaria de RH declarou que "o Sanofi ainda teve problemas com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, à época da entrada das vacinas no Brasil". Por conta disso, "a quantidade disponível é muito inferior à necessária, não sendo possível atender a

necessidade de contratação da SJRJ".

Para tentar contornar a situação, a Subsecretaria de Material e Patrimônio fará no dia 3 de junho, às 13h, uma nova tentativa de pregão eletrônico para a compra por meio de licitação. Outros setores do Judiciário Federal no Rio que conseguiram realizar o pregão das vacinas até meados de abril efetuaram a compra em grande quantidade. Depois disso, a SJRJ diz que "não houve reposição de estoque pelos laboratórios produtores".

\*Da Redação.

**SISEJUFE:** Filiado à FENAJUFE e à CUT

**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

**TEL./FAX:** (21) 2215-2443

**PORTAL:** <http://sisejuferj.org.br>

**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejuferj.org.br](mailto:imprensa@sisejuferj.org.br)

**DIRETORIA:** André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Thais Vilela (Estagiária de Jornalismo) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado,  
8 mil exemplares.

DGD Artes  
Gráficas Ltda

# Assembléia aprova negociação para jornada de 6 horas



Servidores participam da Assembléia Geral em 28 de maio

Texto e foto  
Thaís Vilela\*

Em Assembléia Geral na quarta-feira, 28 de maio, os servidores do Judiciário Federal aprovaram por unanimidade a negociação para a Redução da Jornada de Trabalho nos termos em que o Sisejufe vem negociando com o Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região: com um turno de atendimento de 6 horas, das 11h às 17h ou das 12h às 18h, e com controle eletrônico de ponto (pré-condição do TRF para discutir o tema). A assembléia aconteceu no Dia Nacional de Lutas da CUT cujo tema foi "Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução de Salário".

Durante a assembléia foram coletadas assinaturas dos servidores para o abaixo-assinado pela redução da jornada. Em discurso, o diretor do

Sisejufe Roberto Ponciano destacou que reduzir a carga horária significa motivar o servidor, zelar pela sua saúde e aumentar a produtividade – e não o contrário, como apregoa uma parcela do empresariado. Ratificando a proposta do Sisejufe, o secretário de imprensa da CUT, Marcelo Azevedo, disse que são falaciosas as afirmações de que os brasileiros trabalham pouco. Ele citou países como Alemanha, Japão e Estados Unidos, que possuem cargas horárias menores de trabalho e resultados muito expressivos e falou ainda sobre a questão da dupla jornada da mulher.

Se aprovada, a redução da jornada pode gerar mais de dois milhões de empregos, além de inúmeros benefícios como aumento saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, já que possibilita mais tempo para o estudo e aper-

feiçoamento profissional, lazer, descanso e convívio familiar.

A respeito do Projeto de Lei 319, que corrige falhas na regulamentação do último Plano de Cargos e Salários (PCS), Ponciano orientou os presentes à procurarem os deputados do Estado do Rio de Janeiro, integrantes de qualquer comissão parlamentar, para apresentar, por e-mail, a reivindicação da categoria e reforçar a importância da aprovação imediata do PL 319, na busca de apoio para que o PL seja votado o mais rápido possível. O PL está desde 2007 na Comissão de Finanças e Tributação e vários contatos com o relator, deputado Aelton Freitas (PR/MG) e também com outros integrantes da Comissão de Finanças já foram feitos.

Foram eleitos, na assembléia, os delegados que representarão a categoria na 8ª Plenária Estadual da CUT/RJ. São eles: Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves, Dulavim de Oliveira, João Mac-Cormick, Lucilene Lima, Marcelo Matos Guimarães, Nilton Alves Pinheiro, Og Barbosa, Otton Cid da Conceição, Ricardo de Azevedo e Vera Lúcia Pinheiro.

\*Da Redação.

# Sisejufe apóia chapa de oposição dos vigilantes



Texto e foto  
Henri Figueiredo\*

Amilton Braz, vigilante há 23 anos, atualmente trabalha na Protex Vigilância e Segurança, com sede em Bonsucesso, e lidera o Movimento Sindical para os Vigilantes (MSV), que tenta retomar a luta sindical naquela categoria. "Quando o MSV assumir o sindicato, na primeira convenção coletiva vamos resolver o problema da excessiva carga horária, vamos acabar com a complementação de carga horária e vamos mudar nossa data base de março para maio – que é a mesma do Sindicato dos Bancários", explica Braz. "Vamos mudar também o plano de saúde para que atenda de fato ao filiado e aos dependentes". "O atual presidente do Sindicato dos Vigilantes, que é comissário de polícia, preside também o Sindicato dos Policiais Civis e o Sindicato dos Agentes Autônomos, por exemplo. Nós temos uma proposta de renovar o sindicato e resgatá-lo para os vigilantes, para que fique a serviço da nossa categoria", diz Braz. A chapa do MSV tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Márcia Bauer, assessora política do Sisejufe que recebeu o vigilante Amilton Braz em sua visita, lembra a importância da chapa do MSV. "O Sisejufe e os sindicatos filiados à CUT, como o Sindicato dos Bancários, apóiam a oposição nas eleições dos vigilantes", explica Márcia. "É importante a mobilização dos trabalhadores na área de vigilância e segurança, até porque cada trabalhador que entra na área é compulsoriamente filiado àquele sindicato e passa a contribuir – ao contrário do que ocorre com o Sisejufe", diz a assessora. A última eleição do Sindicato dos Vigilantes foi declarada nula pela juíza Gabriela Canellas Cavalcanti, do TRT, em 3 de março de 2008, depois de ação movida pelo MSV. A juíza determinou, à época, o prazo de 8 dias para abertura de novo processo eleitoral e multa diária de R\$ 10 mil para cada dia de não cumprimento dos prazos. "Até agora a interventora do sindicato não chamou as eleições. Mas o MSV garante que, ao ganharmos o sindicato, vamos entrar na Justiça para que a entidade não seja penalizada", diz Braz.

\*Da Redação.

# Sisejufe lança campanha de "Carência Zero"

## Plano de Saúde

## Sindicalizados do TRF e da JF agora têm opção para evitar altos custos

Após a administração do TRF da 2ª Região mudar o plano de saúde da Golden Cross para a Brasil Saúde e, com isso, causar insatisfação na maioria dos servidores ligados ao órgão, o Sisejufe negociou com a Unimed, com quem mantém convênio, a adesão com carência zero para qualquer sindicalizado des-

tes órgãos que migrar para o nosso plano.

Os servidores que encaminharam até o dia 28 de maio a documentação necessária, de acordo com o divulgado na página de internet do sindicato, já têm pleno atendimento a partir de junho. Todos os demais servidores que ainda pre-

tendem migrar, podem fazer contato com a corretora Vectorial (Rua da Assembléia 77, 15º andar, (21) 2158.0558/0559), enviar a documentação solicitada pela corretora juntamente com uma declaração do TRF ou da JF de que era associado à Golden Cross com todos os dependentes e agregados. Ou, então,

apresentar uma cópia do contracheque de março e cópia de todas as carteiras do referido plano de saúde (titular, dependentes e agregados).

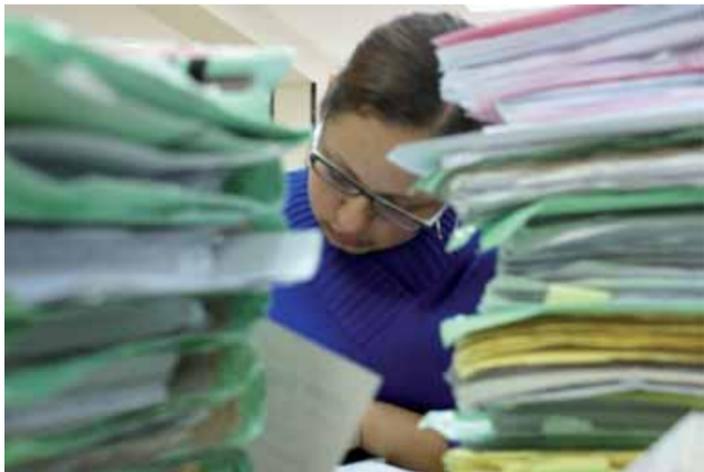
As adesões efetuadas a partir de 29 de maio dão direito à cobertura completa a partir do mês de julho de 2008. A única exceção

em relação à campanha "Carência Zero", interposta pela Unimed, é relacionada aos partos. Nestes casos, a Unimed segue a regulamentação da Agência Nacional de Saúde (ANS) que estabelece 10 meses de adesão ao plano para cobertura de partos.

\*Da Redação.

# Debates com a categoria pelo estado do Rio e

Desde 8 de abril, quando promoveu o 1º Encontro Regional sobre Plano de Carreira, que reuniu servidores de São Gonçalo e Niterói, o Sisejufe vem coletando opiniões sobre o tema pelo interior. Em 16 de abril, foi a vez de Campos dos Goytacazes e Macaé. Angra dos Reis teve a reunião em 8 de maio; Nova Iguaçu no dia 13; e São João de Meriti no dia 20 de maio. Fechando o mês, houve também o encontro de Petrópolis, em 27 de maio; e de Nova Friburgo, no dia 28. Antes de cada reunião, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano visitou as varas, cartórios e juizados de cada município. Nestas visitas, sempre acompanhado de um funcionário do sindicato, Ponciano esclarece dúvidas sobre a organização sindical e coleta denúncias e reivindicações dos servidores. Conheça aqui, a opinião de alguns desses funcionários do Judiciário Federal, espalhados pelo estado do Rio do Janeiro.



JF de Angra: estagiários também têm grande acúmulo de trabalho

Textos e fotos  
Henri Figueiredo\*

No Juizado Federal de Angra dos Reis a pilha de processos é uma constante nas mesas de servidores do quadro, requisitados e estagiários. O técnico judiciário Weber Werneck de Souza Filho, com três meses de Justiça Federal, aproveitou a visita do sindicato para entregar a ficha de filiação ao Sisejufe ao diretor Roberto Ponciano. A motivação de Weber em filiar-se é a segurança de contar com os serviços da entidade, como o Departamento Jurídico, por exemplo. “Logo que comecei o trabalho aqui, soube do sindicato porque aconteceu a defesa de servidores no caso de uma juíza que acabou afastada de Angra. Foi o primeiro contato que tive com o Sisejufe”, diz Weber.

Para o servidor Pedro Paulo Gasse Leal, que está no Judiciário Federal desde 2002, já tendo passado pela avenida Venezuela, pela Seção de Treinamento e pela assessoria de imprensa da JF, no Rio de Janeiro, o principal problema em Angra dos Reis é a falta de pessoal. “Hoje trabalhamos praticamente com um servidor para cada duas varas (no caso uma vara e um juizado) e em prédio misto, onde a entrada e saída de pessoas não é tão controlada quanto deveria ser”, relata Pedro Paulo. “A sobrecarga de trabalho já começa a criar problemas de saúde nos colegas. Se um servidor entra em licença-saúde e outro de férias, o acúmulo de trabalho tira qualquer possibilidade de a gente participar do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), exigido pelo PCS”, explica.

O excesso de demanda também é visível na Vara do Trabalho de Angra dos Reis. Lá não há mais espaço nas mesas para a organização dos papéis e os servidores, como o analista Klaus Kimura de Souza, precisam dispor os processos no chão da repartição para dar um melhor andamento ao trabalho. De acordo com o diretor da VT Carlos José Pádua, o trabalho acumulou porque houve problemas com a instalação do novo Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP) do TRT. “Tivemos um problema de rede, à época da instalação, e isso gerou uma paralisação de meses em que não conseguimos processar uma petição e nem cumprir os despachos dos juízes. Hoje temos cerca de 2 mil petições para despacho, que estamos colocando em dia. Mas já chegamos a ter também 800 mandados e 700 cartas precatórias”, calcula Pádua. “Acredito que a principal reivindicação da categoria que merece atenção do sindicato é o pagamento dos atrasados e a questão da regulamentação do horário de trabalho, porque a carga horária é pesada”, completa, apontando que dos nove servidores da vara, dois já tiveram LER-Dort.

Situação difícil também vi-

vem os servidores do TRE em Angra dos Reis, onde o atendimento ao público num dos cartórios é realizado no espaço que originalmente era a garagem da casa onde funciona o órgão. Segundo a servidora Luciana Ramos Nascimento, “o trabalho é bom, a equipe é ótima, mas estamos por enquanto muito mal instalados”. “Esperamos que isso mude, até porque é como se estivéssemos trabalhando num ‘puxadinho’”, compara, com bom humor, Luciana. “Dia desses um eleitor perguntou se a instalação aqui era ‘provisória’. Infelizmente não é”, diz Marconi da Silva Paixão, técnico judiciário. Durante a noite, na Justiça Federal de Angra (rua Coronel Carvalho, 465), 11 servidores de todas as Justicas Federais debateram a proposta do Sisejufe para o Plano de Carreira.

## Nova Iguaçu

No dia 13 de maio, foi a vez dos servidores de Nova Iguaçu se reunirem com o Sisejufe para falar da carreira, no 4º Encontro Regional. Houve consenso de que é importante a ascensão funcional com critérios bem definidos, a luta pela jornada de 6 horas, o quadro único e carreira única com concurso nacional de remoção e a



Vara do Trabalho de Angra: o analista Klaus Kimura



Weber: com três meses no Judiciário, filiação ao Sisejufe

reposição anual das perdas inflacionárias. Em Nova Iguaçu a reunião foi no saguão do prédio da Justiça Federal, na rua Doutor Thibau, e teve a participação de 14 funcionários do Judiciário.

## São João de Meriti

Na terça, 20 de maio, a mobilização aconteceu em São João de Meriti, na Região Metropolitana, onde uma das principais preocupações dos servidores diz respeito à virtualização dos processos, que vai modificar o funcionamento do cartório e tornar o



Angra dos Reis: debate, esclarecimentos e sugestões

Foto: Márcia Bauer



Nova Iguaçu: Ponciano (de vermelho) entre os colegas da Baixada



São João de Meriti: reunião aconteceu no saguão

# Enriquecem proposta para o Plano de Carreira



...ura de Souza precisa dispor os processos até pelo chão do setor



Sisejuferj



Márcio Alexandre Silva de Almeida (de pé): falta pessoal

serviço similar ao de digitadores – com a diferença que essa categoria de trabalhadores tem sua jornada de trabalho regulamentada em 6 horas, para evitar LER-Dort.

José Carlos Diniz de Lemos, técnico judiciário e diretor substituto do 2º Juizado Federal de São João de Meriti comenta que muitas vezes quem trabalha no interior fica alheio ao que acontece na capital e que, por isso, é

bem vinda a visita do sindicato a cidades como São João. “Na última greve da categoria, tivemos muito apoio do sindicato, com representantes do Sisejuferj, com carros de som. Acho que para o sucesso de todas as reivindicações da categoria, o

sindicato deve sempre procurar o interior e motivar o interior a participar. A discussão de características específicas do serviço do interior precisa acontecer e não somente com respeito à questão salarial, mas em relação a tudo que diz respeito à categoria”, diz Diniz de Lemos. Ele conta também que começa um novo período de preparação para o curso de PDG, mas para o interior só foram disponibilizados dois pólos: Campos e Volta Redonda. Ele prevê: “Quer dizer, Caxias, São João, Nova Iguaçu, teremos todos de ir à capital. Vamos trabalhar de 11h às 13h e às 14h deveremos estar no Rio. Isso vai acarretar acúmulo de serviço aqui e já vamos chegar para o PDG com um certo cansaço para enfrentar ainda 4 horas de aula”.

A falta de funcionário é o principal problema enfrentado no interior, na opinião do técnico judiciário Anderson Kaye, que atua em São João do Meriti há quase 5 anos. “Isso sobrecarrega os colegas daqui e ainda temos dois colegas afastados por problemas de saúde. Há um desgaste geral”, avalia Kaye.

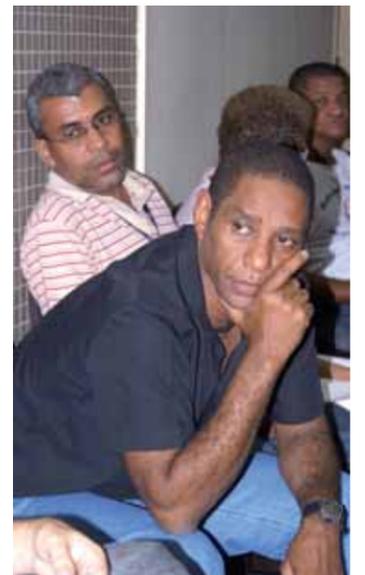
Márcio Alexandre Silva de Almeida, técnico judiciário do 1º Juizado Especial, concorda: “O nosso principal problema é a carência de servidores. Há sobrecarga de trabalho, alguns servidores fazem até 10 horas de trabalho por dia e, além disso, não temos muita mobilidade aqui no espaço e precisamos melhorar as instalações”, diz ele, que é diretor do setor há um ano.



A pilha cresce: esforço de funcionários públicos não diminui demandas

O entendimento de que é preciso união, mobilização e luta para se alcançar melhorias na vida dos servidores é muito claro para o Sidnei Barbosa Seix, técnico judiciário, há 5 em São João de Meriti:

“Na Justiça, o pessoal quer resultados. Mas para se empenhar em produzir os resultados, o pessoal é meio disperso. Nada cai do céu, se você quer um resultado, tem que trabalhar. O chato, às vezes, na categoria é constatar que uma parcela trabalha para o benefício de todo mundo e o pessoal ainda reclama depois ao pagar a contribuição para o sindicato. Mas quando ganhamos o PCS, todo mundo comemorou. Independentemente de onde estão os tribunais, capital ou interior, a Justi-



Sidnei: “Nada cai do céu”

ça é uma só e a mobilização é importante em todos os locais onde haja Justiça Federal, não só em São João, mas em Macaé, Magé, Volta Redonda, onde for preciso”.

\*Da Redação.



o da Justiça Federal



Petrópolis: o 6º Encontro Regional sobre Plano de Carreira teve boa participação e propostas para futuros debates



# Sugestões do interior para o Plano de Carreira

**Interior** Todos que tiverem propostas podem enviá-las para o endereço [Imprensa@sisejuferj.org.br](mailto:Imprensa@sisejuferj.org.br)

Fotos: Henri Figueiredo



Pedro Paulo Gasse Leal: foco no cargo de analista judiciário

“Após a visita do sindicato aqui em Angra, gostaria de apresentar aqui um item para debates e discussão com relação ao nosso Plano de Carreira. É sobre a viabilidade de se possibilitar a ascensão funcional para os que ocupam o cargo de Analista Judiciário, sem especialidade, para o cargo de Analista Judiciário/Executante de Mandados. Explico melhor. Hoje, se um Analista em final de carreira, ou seja, C-15, estiver se formando em

Direito e fizer um novo concurso para Executante de Mandados, ele terá que voltar para A-1, decaindo na faixa salarial a que pertence. Isto é, financeiramente não é compensador para este servidor Analista largar o último nível em que está situado, desestimulando-o a investir em alguns anos de estudo para seu desenvolvimento profissional. Já se houver a possibilidade de ascensão funcional por meio do concurso interno e/ou

com reservas de vagas, haverá a possibilidade de um Analista Judiciário passar a ser Executante de Mandado, sem mudança no nível a que estiver pertencendo. Isso favorece, inclusive, o aproveitamento de um servidor já experiente na instituição no desempenho de atribuições necessárias à eficácia da prestação jurisdicional.”

**Pedro Paulo Gasse Leal,**  
analista judiciário,  
Angra dos Reis



Vara do Trabalho em Angra: condições precárias e acúmulo de serviço

“Tenho algumas propostas para o Plano de Carreira. 1) Recuperação do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal. 2) Que o cargo seja exclusivo de bacharel em Direito. 3) Gratificação de Atividade Externa (GAE) no patamar de 50% do último nível para todos os Oficiais de Justiça. 4) Como os técnicos pretendem o retorno do instituto da ascensão funcional, que esta seja dada também a nós, oficiais, permitindo que estes servidores possam ocupar o cargo de diretor de secretaria, através de concurso interno e avaliação do currículo. 5) O

cargo de diretor de secretaria seja transformado em Escrivão de Justiça Federal, nos moldes do que acontece no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde este cargo é ocupado por um funcionário de nível superior, como titular do mesmo, livre de pressões políticas. 6) Fim de 80% das FC1 a FC4 para implementação do Plano de Carreira. 7) Ocupação técnica e por mérito das FCs através de avaliação constante.”

**Marcos André Leite Pereira,** analista judiciário/Executante de Mandados, São João de Meriti

“Defendo o Quadro Único, com concurso interno e regionalizado para a ascensão funcional.”

**Adriano Grijó,** 3º Juizado, Nova Iguaçu



Anderson Kaye: gratificações não podem ser usadas como instrumento de pressão

“Em relação ao Plano de Carreira eu acho que é importante se criar critérios objetivos para as gratificações (FCs). Eu mesmo recebo gratificação, é uma coisa complicada de se falar porque a gratifica-

ção é importante e realmente há diferentes tipos de funcionários, mas ela não pode ser usada como instrumento de pressão.”

**Anderson Kaye,**  
técnico judiciário, São João de Meriti

*Todas as propostas coletadas pelo Sisejufer nos encontros regionais serão anexadas ao documento inicial produzido durante o pioneiro Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal, ocorrido em setembro de 2007, na sede do sindicato.*

# Sindicato luta por vagas no TRT

**Justiça do Trabalho** Ação civil pública quer incluir em concurso especialidades com carência reconhecida

Max Leone\*

O Departamento Jurídico do Sisejufe protocolou, em 16 de maio, uma ação civil pública contra a realização do concurso público para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ). O processo, com pedido de liminar, contesta o Edital 1/2008, da presidên-

cia do tribunal, por não oferecer vagas para as especialidades com carência reconhecida pelo próprio TRT. Na avaliação do sindicato, a direção do TRT ao invés de abrir um concurso para todas as vagas com necessidade de pessoal, a exemplo da área de segurança, selecionou apenas os cargos com o intuito de dar seguimento à extinção de

especialidades promovida pela Resolução 4/2007.

Vale lembrar que a ação civil pública do Sisejufe não prejudica os cargos previstos originariamente no edital. Apenas pede a inclusão de mais vagas, beneficiando todos os servidores do TRT. O processo foi ajuizado na Seção Judiciária do Distrito Fe-

deral, invocando questões vinculadas ao desvio de finalidade, à moralidade pública, legalidade e eficiência, bem como cita a Lei 11.416/2006, a Portaria Conjunta 3/2007 e a Constituição Federal, amparadas em precedentes judiciais e do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o Depar-

tamento Jurídico do Sisejufe, a ação será autuada e distribuída em caráter de urgência, para que a liminar possa ser apreciada antes da realização da primeira etapa do concurso. O objetivo é provocar a reabertura imediata das inscrições, com a inclusão das vagas anteriormente excluídas.

\*Da Redação.

## O caso dos agentes de segurança do TRT

**Opinião** Concursados propõem uma reflexão para todo o Judiciário

O Ato 330/2006 da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região prorrogou o prazo de validade dos concursos públicos (09/03/06) por mais um ano para provimentos dos cargos de Técnico Judiciário/Área Administrativa, Analista Judiciário/Área Judiciária e Analista Judiciário/Área Administrativa com a justificativa de que havia candidatos aprovados e previsão de

abertura de vagas para os cargos mencionados. Estes concursos (Edital 02/04) se deram juntamente com o concurso para o cargo Técnico Judiciário/Segurança e Transporte, no entanto, este foi o único que não teve o prazo de validade prorrogado com a alegação de que "parte considerável das necessidades dessa área vem sendo suprida mediante a contratação de serviços de seguran-

ça, e (...) possibilita suprir a necessidade adicional que venha provocar a abertura de vagas no quadro de agentes de segurança do Tribunal (...)".

Com esta motivação, podemos supor que acaso existissem empresas com serviços similares às atividades dos cargos citados acima, os referidos concursos também não teriam sido prorrogados com

o conseqüente preenchimento das necessidades dessas funções por terceirizados. É bem verdade que o ato de prorrogação ou não de um concurso é discricionário. Mas a discricionariedade pode estar acima da Lei? Obs.: Em 1ª Instância, o Juiz da 11ª Vara Federal M. Juiz Fábio César dos Santos Oliveira reconheceu a similitude das funções dos Terceirizados na Área de Segurança com

as de Técnico Judiciário/Segurança e Transporte e no momento os concursados aguardam a apreciação do caso (proc. 200651010040110) pela 5ª Turma do TRF 2ª Região.

Cristiano Japor, Júlio César, Bernardo Ivens, Luiz Carlos e Fernando Ribeiro. Concursados para o cargo de Técnico Judiciário/Segurança e Transporte no TRT.

## Peladeiros de plantão, uni-vos!

**Esporte** Sisejufe participa da Copa Bancária e prepara jogos intersindicais

Max Leone\*

Os servidores do Judiciário Federal que gostam de bater uma bola e marcar seus golzinhos têm uma boa oportunidade de mostrar suas habilidades dentro das quatro linhas no bom e velho esporte bretão que os brasileiros transformaram em arte. Basta comparecerem todas as quartas-feiras no Espaço RioAtiva (Avenida Presidente Vargas, bem em frente ao famoso Balançamas-Não-Cai, no Centro). A pelada que reúne servidores do Judiciário Federal do Rio rola sempre de 19h30min às 20h30min.

Há três anos a atividade de confraternização é organizada pelos peladeiros Salvador Carafilakis e Bernardo Ciríaco, funcionários da Justiça Federal

Rio Branco. Para participar do rachão, basta ligar para 2510-8788, 2510-8789, ou ainda 8858-8077 e marcar a presença. Os interessados também podem mandar uma mensagem para carafilakis@jfrj.gov.br e agendar um desafio com um time adversário ou simplesmente participar do jogo.

Como ninguém é de ferro, após suar correndo atrás da pelota, sempre rola um churrasco regado a muita cerveja gelada. O custo do aluguel do campo é de R\$ 70 por mês e mais R\$ 30 por convidado que não seja servidor.

**Futebol sete: Sisejufe goleia Santander Méier**

Não poderia ter sido melhor a estréia do time do Sisejufe na Copa Bancária 2008. A

equipe comandada pela técnica Kátia da Silveira da Silva não tomou conhecimento do adversário, o Santander Agência Méier, e impôs uma goleada de 6 a 1. O jogo foi realizado no domingo, 18 de maio, na sede campestre do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, em Jacarepaguá. E o resultado mostrou bem a superioridade do time do Sisejufe frente ao rival, com destaque para o servidor Leonardo que marcou duas vezes e teve uma bela atuação.

A equipe do Sisejufe, que promete fazer bonito na Copa, começou o jogo com Ponciano, no gol, Bruno, Leonardo, Vinícius, Adriano, Washington, Vanilto, e Joel. No decorrer da partida também entraram Iuri, Carlos Augusto e Gladistone, que colaboraram com a vitória. Os artilheiros foram Leonardo

com dois gols e Bruno, Washington, Carlos Augusto e Vinícius, cada um com um gol.

O Sisejufe participa como convidado da Copa Bancária que este ano completa 78 anos de disputas. A data do próximo jogo e o adversário da equipe ainda não foram divulgados pela organização da Copa Bancária.

**Em Itaboraí, Sisejufe 8 x SindiQuinze 1**

No dia 12 de abril, o time de futebol do Sisejufe ganhou de 8 a 1 da equipe do SindiQuinze, o sindicato dos servidores da Justiça do Trabalho de Campinas (SP), no Espaço Vera Gol, em Itaboraí (RJ). A vitória do Sisejufe foi uma resposta à derrota em julho do ano passado, quando o adversário

emplacou 5 a 2. O destaque da revanche foi o servidor Leo, do TRE-RJ, artilheiro da partida com três gols. O time dirigido pela técnica Kátia Silveira, funcionária do Sisejufe, atuou com: Roberto Ponciano (diretor do Sindicato e servidor da Justiça Federal); Adriano Nunes (JF); Bruno Guarischi (TRF); Vanilto Rosa (JF); Joel Lima (JF) e Anderson Paixão (funcionário do Sisejufe) e o destaque Leo (TRE). O árbitro da partida foi o presidente da Agepoljus Edmilton Gomes, servidor do TRF-1. Ao final da partida o Sisejufe e o SindiQuinze lançaram a idéia de realizar um campeonato nacional intersindical que seria disputado em Campinas (SP).

\*Da Redação, com a colaboração de Henri Figueiredo.

# O risco de se atuar na região de Campos

**Oficiais de Justiça** Chefe do Setor Mandados Judiciais relata, com bom humor, as agruras do cargo

Max Leone\*

Nem sempre é fácil, rápido e seguro entregar uma notificação judicial. Que o digam os 12 oficiais de justiça lotados no Setor de Controle de Mandados Judiciais de Campos, na Região Norte Fluminense. Em determinadas ocasiões, eles são obrigados a encarar mais de cem quilômetros de distância para encontrar a pessoa a ser notificada, enfrentar condições de trabalho adversas, entrar em área de conflito entre proprietários de terras e trabalhadores rurais e ficar frente-a-frente às incertezas das favelas da região. A atividade pode ser considerada uma verdadeira profissão-perigo.

A área do Setor de Controle de Mandados Judiciais, além de Campos, abrange mais seis municípios: São João da Barra, Quissamã, São Fidélis, Itaocara, Cambuci, chegando a São Francisco de Itabapoana, na divisa do Estado Rio de Janeiro com o Espírito Santo, a mais extensa do estado. Esse fator complica ainda mais a vida dos apenas 12 oficiais de justiça devido às grandes distâncias que são obrigados a percorrer diariamente. Só para se ter uma idéia, para fazer o serviço, os oficiais se deslocam cerca de 115 quilômetros entre Campos e Quissamã. Da sede até Itaocara são mais de cem quilô-

metros. É muito chão a percorrer, levando em conta que a maior parte da área onde o trabalho é desempenhado fica em áreas rurais.

Os riscos enfrentados pelos oficiais de justiça são muitos. Não é raro terem de recorrer ao auxílio da força policial para que possam levar a notificação ao seu destino final. Também tem sido muito comum buscar uma ajudazinha nas igrejas evangélicas das comunidades carentes. Tudo em prol do cumprimento do dever. “Como todo mundo respeita os pastores evangélicos, muitas das vezes pedimos ajuda a eles”, explica o técnico judiciário Olker Guimarães Pestana, de 67 anos, chefe do setor em Campos, ressaltando a prática dos oficiais de consultar a polícia para ver se tudo está em paz antes de partir para mais uma missão.

Olker cita a favela do Tira Gosto, em Campos, como um lugar em que há risco para a entrada dos oficiais de justiça. “Lá só dá para ir com reforço policial”, diz, lembrando que esse aparato policial pode chegar a 180 homens como já aconteceu para realizar, certa vez, uma reintegração de posse de terra, em Campos. De acordo com dados do Setor de Controle de Mandados Judiciais de Campos, as notificações

mais comuns são as citações e as intimações de execução fiscal de ações previdenciárias. Mas, o trabalho nem sempre é facilitado. Depois de percorrerem longas distâncias, os oficiais de justiça podem se deparar com situações inusitadas. Olker conta: “Como a região é também uma grande área rural, você imagina achar o endereço do sujeito na imensidão do interior. É como procurar agulha no palheiro. Há casos que a pessoa só é conhecida pelo apelido. Ninguém a conhece pelo nome verdadeiro. Aí recorremos a uma cópia de um documento com foto. Então, o sujeito fala: ‘Ah, mas esse é seu fulaninho... Não sabia que esse era o nome dele. Ele mora numa casa em frente a uma árvore’. Então seguimos essas referências...”, relata, sem perder o bom-humor.

## Correndo de cachorros, e batendo recordes

Outras situações embaraçosas vividas por oficiais de justiça fazem lembrar as mesmas ocorridas com os carteiros. É só perguntar: qual deles nunca levou uma corrida de um cachorro que não foi com a cara do sujeito.

“É comum também, por se tratar de zona rural, o servidor ir a uma fazenda, um sítio e se deparar com um boi brabo solto no pasto. Aí, já viu. É correria na certa...”, diz Olker, sem conseguir segurar uma boa risada.

Apesar das dificuldades, o Setor de Controle de Mandados Judiciais de Campos tem registrado altos índices de produtividade. Só em abril deste ano, os 12 servidores apresentaram a maior produção média por oficial de justiça com

170,67 mandados cumpridos; em segundo lugar ficou a central de Niterói, onde 137,61 notificações foram feitas; e, em terceiro, o setor Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, com 104,97 mandados, em média, no mês de abril.

“Temos 12 oficiais para três varas federais, o que dá uma média de quatro servidores por vara. O ideal é que se fossem 15 servidores na região. Facilitaria muito o trabalho”, avalia Olker, informando que os servidores usam seus próprios carros (com o uso do auxílio-transporte) para dar conta do recado. O segredo do sucesso, ensina o chefe do setor de Campos, é ter jogo de cintura na hora de entregar uma notificação judicial, além “de usar de boas maneiras e educação”.

\*Da Redação.

